
O CONCÍLIO VATICANO II NA AMAZÔNIA: ENTREVISTA AO CARDEAL PERUANO, PEDRO BARRETO*



Pedro Ricardo Barreto Jimeno, jesuíta, é o arcebispo de Huancayo, metrópole peruana em território amazônico, que foi criado cardeal pelo Papa Francisco, em 2018. Barreto havia sido presidente da **Comissão de Justiça e Solidariedade do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)**, desenvolvendo um trabalho contra a mineração predatória que lhe rendeu, inclusive, ameaças de morte. De igual modo, foi também membro do Pontifício Conselho Justiça e Paz da cúria romana. Com a criação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), em 2014, foi eleito seu vice-presidente, vindo a assumir o primeiro posto em 2020, em decorrência da renúncia do brasileiro dom Cláudio Cardeal Hummes, que quis empenhar-se mais sobre os trabalhos da recém-criada Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA). Em 2019, Barreto atuou como delegado-presidente do Sínodo para a Amazônia, em Roma. Em 2020, o Papa Francisco criou a Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA), para a qual Hummes foi designado como presidente. Em março de 2022, no entanto, o gaúcho renunciou por motivos de saúde, e Barreto foi eleito seu novo presidente. Nesse sentido, é possível afirmar que, atualmente, todo o empenho do Papa em relação à proteção e à evangelização na Amazônia encontra-se sob a atenção de Pedro Barreto, que mantém relação de amizade próxima com Francisco desde antes que um fosse papa e o outro cardeal.

Por ocasião do jubileu de ouro do Encontro dos bispos da Amazônia brasileira em Santarém – PA, ocorrido em 1972, do qual emanou um documento que é considerado por muitos como responsável pela encarnação do Concílio Vaticano II na Ama-

* Recebido em: 08.07.2022. Aceito em: 28.07.2022.

** Mestre e doutorando em Ciências da Religião pela PUC Goiás. Discente colaborador da Revista *Caminhos*. E-mail: carvalho_danyel@hotmail.com

*** Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Goiás. Editor-Chefe da Revista *Caminhos*. E-mail: jreinaldomartins@gmail.com

zônia brasileira, a Igreja presente naquele bioma reuniu-se outra vez, no mesmo lugar, entre os dias 06 e 09 de junho de 2022. O cardeal Barreto, devido às suas competências sobre o território, esteve presente. Aproveitamos a ocasião para entrevistá-lo a respeito de como percebe as implementações do Concílio Vaticano II na Igreja do mundo, mas, de modo especial, sobre a Igreja Latino-Americana e, ainda, sobre como enxerga as relações entre os empreendimentos conciliares e as atuais diretivas encampadas pelo Papa Francisco sobre a Amazônia. O que segue são as impressões recolhidas neste diálogo.

Daniel Carvalho Silva e José Reinaldo F. Martins Filho*** (doravante, Entrevistadores)** – Ao falarmos sobre o Concílio Vaticano II, certamente estamos diante de um dos principais – senão o principal – marcos da vida da Igreja em relação ao mundo moderno. Muitas das conquistas adquiridas nas décadas seguintes, nesse sentido, estão diretamente relacionadas às iniciativas e, sobretudo, à mudança de cosmovisão estabelecida pelo Concílio. Mesmo que alguns temas ainda não estivessem em voga como nos dias atuais, é como se eles já tivessem sido previstos, prenunciados, dada a abertura que se conquistou. Pensando a esse respeito, quais avanços o senhor reconhece na Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II?

Dom Pedro Ricardo Barreto Jimeno (doravante, Cardeal Barreto) – O Concílio Vaticano II foi um tempo de graça para a renovação da Igreja. Depois do Concílio de Trento, certamente, a Igreja havia se estabilizado em uma proposta mais doutrinal que pastoral, e o Concílio Vaticano II tem a grande virtude de colocar a Igreja no caminho do Bom Pastor, um caminho pastoral. Para tanto, fundamentalmente, a eclesiologia do Concílio Vaticano II, na Constituição *Lumen Gentium*, nos fez tomar consciência de que somos Povo de Deus. Povo de Deus que, no segundo capítulo deste documento, tem que espelhar o que no primeiro capítulo se fala sobre o Mistério da Santíssima Trindade, que é o fundamento da Igreja: unidade na comunhão – uma comunhão em saída para a humanidade criada por Deus. E o segundo capítulo é sobre o Povo de Deus. Esta é uma das grandes aberturas do Concílio Vaticano II. O terceiro capítulo fala sobre a hierarquia que está a serviço do Povo de Deus. Então, nesse aspecto, creio que, neste tempo, estamos avançando nisso que para nós era muito claro em nível teológico e eclesiológico, mas que não sabíamos como colocar em prática. Isso me parece muito importante para agradecer a Deus por este tempo que estamos vivendo com o Papa Francisco.

Entrevistadores – Devemos também pensar que um acontecimento como o Concílio Vaticano II não teria qualquer impacto caso não ressoasse nos diferentes níveis da vida eclesial, o que certamente inclui as especificidades culturais, políticas, de concepção de mundo, espalhadas ao redor do globo. Cada continente, por

exemplo, tem os seus desafios mais explícitos, o que nos obriga a pensar os anos e as décadas que seguiram ao concílio como igualmente fundamentais em sua apropriação e, mesmo, em seu desdobramento. Isso posto, quais as especificidades das aplicações do Concílio Vaticano II na Igreja Latino-Americana merecem destaque?

Cardeal Barreto – O que nos ajuda enquanto Igreja na América Latina é que tivemos e temos o Conselho Episcopal Latino-Americano e do Caribe (CELAM) que acolheu, desde o primeiro momento, as orientações do Concílio Vaticano II. Me refiro à II Conferência-geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968, exatamente depois de três anos do Concílio Vaticano II: isso marcou uma grande diferença com outros continentes. Não tenho conhecimento sobre outros continentes que, de maneira ágil, puderam responder às orientações do Concílio Vaticano II para aplicá-las, como na região Latino-Americana. Posteriormente, em 1979, em janeiro, com o Papa João Paulo II, pudemos, nós, aprofundar em Puebla, no México, estas orientações e aplicá-las claramente nesta opção preferencial pelos pobres. Depois, veio Santo Domingo, em 1992, e todo este processo, que agora chamamos *sinodal* ajudou muito. Em 2007, em Aparecida, creio que exista algo que nós, como Igreja Latino Americana, temos que agradecer a Deus – por esta V Conferência, aqui no Brasil – porque o Papa Bento XVI nos ajudou muito, entre outros temas, a afirmar que a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica. Com isso, encerrou-se todo um problema do que se chama Teologia da Libertação, acusada de operar por meio de uma análise marxista, pelo que, o Papa Bento XVI orientou magistralmente, como o grande teólogo que é, as reflexões do documento. Além disso, em Aparecida, quem presidiu a comissão de redação do Documento e que recolhia todos os apontamentos dos participantes foi o cardeal Jorge Mário Bergoglio que, em 2013, no dia 13 de março, foi eleito como o Papa Francisco. Isso é uma novidade para outros continentes, mas, para a Igreja na América Latina, de alguma maneira vínhamos vivendo este processo sinodal sem dizer a palavra, mas, que é a identidade da Igreja Católica desde o princípio. Não é uma invenção do Concílio Vaticano II. E mais ainda, no Concílio Vaticano II não se fala de sinodalidade. Se fala de Sínodo, mas, de sinodalidade não se fala. E, por isso, de alguma maneira, agora, desde a Amazônia, estamos vivendo uma experiência de apoio à Igreja universal. Porque, tudo o que se recebe de Deus, se devolve a Deus por meio do serviço.

Entrevistadores – Ainda assim, parece ser consenso entre a maior parte de teólogos e pesquisadores que algumas das aspirações conciliares ainda hoje não foram

completamente atendidas. Pensando a esse respeito, quais os limites para a aplicação do Concílio Vaticano II que, em sua opinião, existem ainda hoje?

Cardeal Barreto – Em primeiro lugar me parece que os bispos, os cardeais, os leigos, sacerdotes... não estávamos preparados para o acontecimento do Concílio Vaticano II, uma vez que fomos formados em outra ótica. Não é que sejam diferentes, nem que a anterior fosse má. O fato é que fomos formados mais doutrinariamente e não tanto pastoralmente. E a Igreja, eu diria, estava fundamentada para ver-se a si mesma, ver como cresce, como evangeliza, porém, sempre olhando-se a si mesma: que é o que o Papa Francisco fala sobre a auto referencialidade. O Concílio Vaticano II nos abre ao mundo. Então, quando o Papa Francisco fala de uma Igreja em saída e missionária, isso está no Concílio Vaticano II. As palavras, as fórmulas podem ser consideradas novidade para muitos, mas, o conteúdo está implícito no Concílio Vaticano II. Então, a limitação que eu vejo é que nos custa a todos, e a mim em primeiro lugar, fazer este giro copernicano, um giro total. Não nos vemos a nós mesmos se não vemos o mundo. É preciso ver o “sinal dos tempos” de que fala o Concílio Vaticano II, e responder não somente de maneira pessoal, mas sim como Igreja. Igreja é Palavra, Comunhão, Comunidade. A Igreja é caminhar juntos. E este é o sentido mais profundo do que significa o Concílio Vaticano II. De tal modo, estamos neste esforço de colocarmo-nos em caminho, junto ao bispo de Roma, neste processo de renovação da Igreja.

Entrevistadores – Sabemos que muito se modificou em termos mundiais desde a década de 1960, em que ocorreram as aulas conciliares. Então, se o Concílio Vaticano II acontecesse hoje, em sua opinião, quais seriam seus possíveis grandes temas?

Cardeal Barreto – Na verdade, eu não diria sobre a repetição do Concílio Vaticano II. Diria, no entanto, que Medellín foi o Concílio Vaticano II para a América Latina e o Caribe. Em Santarém, há 50 anos, os bispos se reuniram, e se diz que esta reunião foi também o Concílio Vaticano II para a Amazônia. Eu diria que, neste caminhar da Igreja, temos vários documentos que não viríamos a ter sem que tivesse acontecido o Concílio Vaticano II. Por exemplo: o primeiro documento programático do Papa Francisco é a Encíclica *Evangelii Gaudium*, que marca a prática da Igreja nestes anos. O Papa publicou-a em novembro de 2013, praticamente nos primeiros meses de seu serviço como bispo de Roma e, assim mesmo, já indicava um modo de fazer. Ademais, fundamentalmente, a *Evangelii Gaudium* tem também uma relação muito próxima com o cuidado da Casa Comum – isto é, com a *Laudato Si'*, de 24 de maio de 2015 – publicada aos dois anos de ministério. Todavia, depois vieram outros documentos que

seria longo enumerar, e que se relacionam com a encíclica social *Fratelli Tutti*, de outubro de 2020. Então, temos estes documentos que apontam a causa e por onde perscrutar esta dinâmica do Povo de Deus que caminha. As convocatórias dos sínodos, por exemplo, feitas pelo Papa Francisco – os dois primeiros sobre a Família – estão apontando que a sociedade de consumo, tecnocrática, na prática, está destruindo a unidade na diversidade de uma família. Por isso, houve um sínodo extraordinário e outro ordinário. Depois, houve também o sínodo sobre os jovens, sobre a juventude, para que possam também assumir sua responsabilidade no processo evangelizador. E o que nos chamou a atenção foi o sínodo sobre a Amazônia, que marcou um antes e um depois na missão da Igreja neste bioma amazônico e que, agora, em Santarém, depois de 50 anos, se renovou, uma vez mais, este compromisso da Igreja em favor dos povos originários, ribeirinhos, quilombolas, que definitivamente nos fazem olhar a gente e também olhar a nossa Casa Comum.

Entrevistadores – Neste momento o senhor preside a CEAMA e a REPAM; como o senhor vê a missão da REPAM e da CEAMA a partir do Concílio Vaticano II? E quais são, efetiva e distintamente, as missões de ambas?

Cardeal Barreto – Sou o presidente da CEAMA desde o final de março porque dom Cláudio Hummes, o cardeal arcebispo emérito de São Paulo, está em estado delicado de saúde e precisou renunciar à presidência. Por isso, estou mantendo-a, também porque eu já era presidente da Rede Eclesial Pan-amazônica. Dentro de pouco tempo vamos eleger um novo presidente ou presidenta da Rede Eclesial Pan-amazônica, porque eu não posso estar em duas estruturas, duas instituições, tão importantes para a vida e a missão da Amazônia... [Sobre a REPAM] em 2014 conseguimos criar, fundar, com o apoio direto do Papa Francisco, a Rede Eclesial Pan-amazônica. Até aquele momento, cada um dos bispos e em cada país – são nove países do bioma amazônico –, cada um tinha uma proposta pastoral que, no entanto, não se comunicava entre si. Então, a partir daí, e isso foi uma inspiração do Espírito Santo, de “por que não fazer uma Rede Eclesial de toda a Amazônia?”. Para muitos, incluindo a mim, isto seria impossível. Por quê? Porque são mais de sete milhões de quilômetros quadrados; são mais de 104 jurisdições eclesiais na Amazônia, quer dizer, 120 bispos entre titulares e outros; diversidade de línguas, não somente dos países, mas também dos povos indígenas... No Peru, por exemplo, e aqui no Brasil também acontecerá a mesma coisa, que não se possa reunir indígenas e populações originárias, já que eles não se entendem entre si, ainda que tenham uma cosmovisão mais ou menos parecida, as línguas são diferentes. E, assim, desde o ponto de vista humano era impossível pensar em uma rede. Depois de sete anos e com o avanço

que tivemos, podemos dizer que sim, é uma realidade que nos convoca a todos, que nos faz, eu diria, sentirmo-nos muito fortalecidos. E os mesmos indígenas sentem que o Papa Francisco os trata como irmãos e irmãs, e isso se demonstrou muito claramente em Roma, quando o Papa Francisco acolheu os povos originários e também os ribeirinhos. Então, quando nós nos damos conta de que a Amazônia está em uma destruição, eu diria, irracional dos recursos naturais, da deflorestação pela ganância de uma sociedade, eu diria, mineralizada, a Rede Eclesial Pan-amazônica está ajudando a ter uma consciência do bioma. E, através do núcleo da REPAM de Direitos Humanos, há vinte dias, estivemos apresentando o segundo informe sobre Direitos Humanos às Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos como o problema dos Ianomami, por exemplo, aqui no Brasil, que é um extremo de violação dos Direitos Humanos, algo inconcebível que também em outros lugares acontece. Fizemos chegar a voz e o sentir dos povos originários e da Igreja aos mais altos organismos mundiais. Neste sentido, creio que este é um dos frutos muito fortes. A REPAM não é uma estrutura jurídica: é um espaço de coordenação que nunca vai ter estatutos. Se existe uma presidência e uma equipe, são equipes de serviço. No entanto, o mais especial da REPAM é que ela está no território; quer dizer, está em contato direto com as pessoas e, portanto, a Rede Eclesial Pan-amazônica é muito ágil, muito flexível, tem sua visão, sua missão, mas, nunca vai ser uma estrutura, justamente por isso a chamamos Rede Eclesial – não é episcopal –, mas, eclesial de toda Amazônia. Em contrapartida, depois do sínodo sobre a Amazônia, em outubro de 2019, se criou, de fato, seis meses depois, em 29 de junho de 2020, a Conferência Eclesial da Amazônia. Diferentemente da REPAM, que é um espaço de coordenação, a CEAMA é uma estrutura jurídica estável, permanente na Igreja, para aglutinar as propostas que o Documento Final do sínodo, aprovado pelo Papa Francisco, precisará colocar em prática; por exemplo: a ministerialidade – este é um dos temas –, a formação dos agentes de pastoral, a Universidade Católica da Amazônia que estamos pensando... Não é fácil, mas, já estamos colocando as primeiras bases para isso. E assim outros pontos mais. A coisa mais clara é que a REPAM e a CEAMA se complementam. E se complementam de uma maneira harmônica, porque a Conferência Eclesial da Amazônia não teria contato com o território se ali não estivesse a Rede Eclesial Pan-amazônica. Então, há que existir insumos para que a Conferência Eclesial possa ir dando as orientações de um plano de pastoral para toda a Amazônia. E aqui é preciso dizer que o Brasil tem 64% do território amazônico, o Peru tem 13%, Bolívia 11%, Colômbia 6%, Equador 2%, Venezuela 1%, Guiana, Suriname e Guiana Francesa tem 1% - pequenino território, mas, também tem populações originárias. Então, esta é a diversidade não somente social, cultural... unida por um bioma, como é este bioma amazônico.

Entrevistadores – Cardeal, muito obrigado pela entrevista. Existe algum tema sobre o qual o senhor gostaria de discorrer, que acha importante?

Cardeal Barreto – Sim. Há um tema que está influenciando muito e já estava no Documento de Aparecida, como assinala também o Papa Francisco: é que precisamos procurar um novo modelo de desenvolvimento econômico integral, alternativo ao atual. O sistema neoliberal demonstrou seu fracasso. Pelos frutos se conhece a árvore: a pobreza cresceu a passos largos, e ainda mais com as consequências da pandemia e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia que nos afeta a todos. Então, eu acredito que este é o tema que, necessariamente, os leigos que tenham uma visão, eu diria, cristã, católica, mas, também as pessoas de boa vontade, têm que unir-se para buscar uma resposta ao clamor da terra e ao clamor da humanidade que já não resiste a esta situação de injustiça. E, aqui, o documento *Gaudium et Spes* – sobre a missão da Igreja no mundo de hoje – tem muito de atual. As alegrias, as esperanças, as tristezas, as angústias dos homens de hoje são também da Igreja e, neste caminho, eu creio que o Papa Francisco também está tentando ver a forma de como responder a esse clamor da Terra e dos pobres.